



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

CORPOS QUE EXISTEM: O PENSAMENTO SOBRE A INFÂNCIA QUE SUBVERTE A NORMATIVIDADE

Autor: Ariana Souza Cavalheiro¹

Universidade Federal do Rio Grande - coordenadora.arianacavalheiro@gmail.com

Resumo: Este artigo tem a intenção de promover uma reflexão sobre as relações de gênero e normalização presentes nos espaços escolares. Voltando o olhar para as crianças pequenas, as quais de alguma maneira resistem a essas normalizações hegemônicas e heteronormativa tão presentes na escola. Assim busco compreender como ocorre a educação de meninos e meninas que subvertem essas fronteiras de padrões que lhe são impostas, como estes corpos tornam-se invisíveis ao não encaixar-se no padrão normal de corpo heterossexual. Quais podem ser as estratégias para estes corpos expressarem suas características.

Palavras – Chave: Infância, Gênero, Normatividade.

INTRODUÇÃO:

Que tipo de relação pode ajudar a construir um corpo invisível, ou seja, aquele cuja presença é negada e anulada diante o outro? Você já percebeu como, às vezes, em função da correria do dia a dia, da atenção desfocada, anulamos a presença de um corpo ao nos relacionarmos com ele de modo indiferente? Você já olhou e não viu um aluno? Você já tratou com indiferença aquele/a aluno/a que não correspondeu às expectativas em sala de aula?
(TEIXEIRA e MAGNABOSCO, 2010. p. 35).

Ainda hoje tomados atitudes que muitas vezes nem percebemos ou não refletimos sobre elas, esse fato ocorre em diferentes espaços, principalmente nos quais existe um padrão, uma norma, um jeito correto de ser, agir, comporta-se e apresentar-se perante a sociedade. O “corpo” que aqui apresentarei como um constructo social, impregnado de adornos e aparatos, que os caracterizam como são e de diferentes maneiras, passam a ser negados, invisibilizados nos espaços o qual fazem parte.

Nessa escrita me destino a falar da escola, pois este espaço por muitas vezes torna o/a aluno/a invisibilizado/a, por atitude de repressão ao seu modo de agir, negação de ações,

¹ Mestranda do Programa de Pós – Graduação em Educação - PPGEDU pela Universidade Federal do Rio Grande/ FURG. Coordenadora.arianacavalheiro@gmail.com – Bolsista FAPERGS.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

comportamentos, repressão de ações, gestos, vestimentas e falas. A escola ainda hoje, demarca o corpo devido seu sexo biológico, negando corpos que subvertem padrões normativos, assim as práticas estabelecidas na escola, ressalto que não tenho a intenção de generalizar, mas sim promover um diálogo e uma possível discussão frente ao tema abordado, assim essas práticas são direcionadas ao gênero feminino e masculino. Onde os professores tomam o devido cuidado de não promover atividades as quais possam agir sobre a sexualidade de cada um.

O corpo da criança é invisível perante seu sentimento, é construído conforme seu gênero, e assim as meninas só fazem coisas de meninas e os meninos coisas de meninos, sem que haja uma interação ou um diálogo sobre as possibilidades de se permitir possibilitar essa interação. Aqui tenho a intenção de falar sobre os corpos que existem, aqueles corpos que subvertem a normatividade dentro do espaço escolar ou que ainda irão se permitir, e que acabaram se tornando corpos que não existem que não são vistos pelo professor.

Assim como diz a epígrafe que inicia esta escrita, por motivos de indiferença e por não corresponderem as expectativas desejadas. Meninos que brincam de boneca e meninas que brincam de carrinho, normalmente são atos e atitudes negadas pelo/a professor/a na escola, pois não é “normal” meninos e meninas brincarem com esse tipo de brinquedos.

É possível refletir sobre as palavras de Felipe 2013, onde diz que:

Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças [...] Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. [...] A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista com “uma” identidade, mas simplesmente como “a” identidade (p. 40).

Assim a escola ainda mantém atitudes heteronormativas para os gêneros. Cabe pensar sobre o entendimento que as crianças já estabeleceram sobre seu gênero e sexualidade, oportunizando a elas pensar sobre as diversidades que constituem o ambiente, no qual, relacionam entre si.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Para Camargo (1999):

A escola é uma das instituições encarregadas de transmitir cultura e formas de comportamento aceitas pela sociedade, mas pode também ser um espaço de questionamento desses comportamentos. Atualmente, esfacelada por uma série de motivos, a escola contém espaços de resistência, em que a criatividade e a sensibilidade representam possibilidades de problematização de seu papel. (p. 43).

A heteronormatividade já não deve ser tomada como padrão institucional, pensar nas novas possibilidades é promover o conhecimento atual de nossa sociedade. É preciso pensar na educação desses corpos infantis, pensar a educação de baixo para cima, dar início ainda na educação infantil. Segundo Goellner (2010):

educa-se o corpo na escola e fora dela: na religião, na mídia, na medicina, nas normas jurídicas, enfim, em todos os espaços de socialização com os quais nos deparamos, cotidianamente, com recomendações, como, por exemplo, sobre o vestuário, a alimentação, o comportamento, a aparência, os gestos, a movimentação, as práticas sexuais, a saúde, a beleza, a qualidade de vida. Educa-se o corpo também no esporte, no lazer e nos projetos sociais (p.74).

Nesse sentido é que enfatizo o olhar para os corpos acima de tudo, e primeiramente sem enxergar a distinção dos gêneros. Para nós professores/as cabe abrir os olhos para essa educação que enxerga a criança em suas minúcias. Sem ainda ter se aprimorado dos processos culturais e materiais. A intenção de possibilitar uma reflexão sobre estes corpos é permitir pensar nas crianças sem distinção de gênero, vale pensar de que forma esse corpo infantil está sendo educado, para além de uma educação normativa, disciplinar, biologizada e binária. Deixar que a criança se expresse segundo sua vontade seja ela menino ou menina. Não excluir o corpo ou negá-lo para assim eximir-se de qualquer pensamento ou atitude que não seja aceita pela escola e/ou família, mas possibilitar a estas crianças um espaço que ela possa ser ela mesma sem preocupar-se ainda com padrões já estabelecidos, as vezes muito tempo antes de nascerem.

Segundo Teixeira e Magnabosco (2010):

A escola é uma instituição que tem por finalidade educar para a cidadania, igualdade e a ampliação dos direitos. Presenciamos muitas escolas



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

reproduzindo práticas sexistas, que, através de normas, formas de avaliação, livros didáticos, currículos, disciplinas, etc, não problematizam e/ou não abordam as questões de gênero assim como outras produções discursivas e linguísticas que hierarquizam as diferenças produzindo as desigualdades no ambiente escolar (p. 13).

Portanto, é necessário se pensar no processo de formação desses corpos, os quais, muitas vezes são deixados de lado, pois procura-se representar somente aquele que é normal, e que não exerce nenhum comportamento que vá contra a normatividade. Assim busco dialogar sobre as práticas dos professores/as tanto da Educação Infantil (EI), quanto dos Anos Iniciais (AI), afim de, promover uma reflexão sobre as atitudes em relação a construção dos corpos infantis. Ressalto ainda a importância de uma formação para os professores/as, para que estes possam tratar de gênero e sexualidade sem medo e sem receio, desconstruindo a visão naturalista empregada ao gênero e sexualidade.

Segundo Guizzo, Beck, Felipe (2013):

(...) cabe referir que provavelmente o pouco conhecimento sobre gênero e sexualidades seja um dos motivos fundamentais pelos quais os profissionais do campo da educação continuam ensinando e regulando, “discretamente” (às vezes nem tanto!) maneiras mais “adequadas” de meninos e meninas se comportarem. Problematizar e estranhar as formas de lidar com as crianças, especialmente no que se refere às questões de gênero, talvez se apresente como um começo para que essas questões passem a ser tratadas de forma um pouco diferente e menos preconceituosas (p. 41).

Neste viés saliento a importância de aprofundar o trabalho, tanto na EI quanto nos AI, para que a distinção dos gêneros, podemos ainda observar que “a heteronormatividade é uma padronização das expectativas e crenças que normatiza os modos de pensar e interpretar as configurações particulares das ações femininas e masculinas” (TEIXEIRA e MAGNABOSCO, 2010. p. 27). Sabemos que nossa sociedade ainda é mantida por estas relações, e sobre tudo, recai a escola dar continuidade nessa educação.

É importante pensar sobre a construção da identidade sexual e de gênero, como uma possibilidade de transformação, na medida em que as crianças possam sobretudo, escolher, construir sua identidade. Para Louro (2013):



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por fim, a identidade. E, aparentemente, o corpo é inequívoco, evidente por si; em consequência, esperamos que o corpo dite a identidade, sem ambiguidade nem inconstância. Aparentemente se seduz uma identidade de gênero, sexual ou ética de “marcas” biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo, e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada. Os corpos são significados pela cultura e são, a são continuamente, por ela alterados (p. 14).

Na medida em que se reestrutura nossa sociedade, faz-se necessário trazer para dentro dos espaços educativos, possibilidades que aproximem as crianças desses assuntos, os quais por muitas vezes são vivenciadas por elas mesmas. Transcender como utilizei a cima é fazer exatamente isso promover essa possibilidade de permitir que as crianças sejam o que elas querem ser.

Hoje é possível acompanhar que meninos e meninas entendem sua sexualidade não corresponde ao seu gênero. E por muitas vezes esses sentimentos são anulados, esses corpos são resgatados, ou seja trazidos para dentro da norma novamente, na intensão de não se deixar expandir ou transcender a normatização estabelecida no ambiente escolar. Complemento com as palavras de Teixeira e Magnabosco (2010):

Se a escola, enquanto um espaço relacional de construção e respeito à diversidade, estabelece relações que constroem mais corpos invisíveis e disciplinados do que corpos liberados, como fica a qualidade de nosso raciocínios, a construção de nossa cognição, a liberdade de nossa imaginação e do movimento de nossos corpos? Como fica a construção de gênero em nossas relações? Será que temos incentivado nossas/os alunas/os a construir corpos onde a questão do gênero não é mera justaposição a papéis sociais do masculino e feminino e, muito menos, uma redução à constituição biológica da genitália? Teremos nós mesmo, professoras/es e educadoras/es, o saber sobre a constituição histórica do corpo? (p. 37).

Nesse entendimento é que proponho a refletir sobre minha própria prática e como estamos colocando nossos pensamentos sobre o outro, sobre aquela criança que quer se permitir vivenciar outras oportunidades as quais não sejam aquelas estabelecidas por sua família, escola, religião, sociedade e cultura. Acredito que esse movimento nos permitirá a



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

fazer o movimento contrário ao da invisibilidade e a reprodução das ações heteronormativas predominantes.

Enfim entendo que a escola é o lugar da formação, e também é a modeladora dos corpos. “Nas relações que mantemos com nossas/os educadoras/es, também aprendemos gestos, comportamentos, expressões corporais condizentes com os valores pessoais e pedagógicos, não só da/o educadora/or mas da instituição da qual ela/ele participa” (TEIXEIRA e MAGNABOSCO, 2010. p. 32). Mas ainda assim, se faz necessário essa problematização dentro desses espaços para pensarmos mais nos corpos.

Penso sobre as contribuições dos estudos *Queer*, não irei me deter em apresentar uma contextualização sobre o surgimento do pensamento queer, apenas me valer de algumas possibilidades de discussões sobre este estudo, para pensar na infância que subverte os padrões heteronormativos de comportamento sexual. Pensando sobre as discussões de gênero e sexualidade que perpassam o ambiente escolar, suas medidas disciplinares que se encarregam de tentar punir ou manter dentro dessa norma heterossexual, as crianças as quais demonstram resistências em seus comportamentos subversivos.

Neste sentido é que debruço meus pensamentos sobre a infância *queer*, esta fase a existência humana, onde devemos nos enquadrar em um padrão normativo hegemônico a ser seguido, e jamais contestado. Um misto de atos e atitudes a serem seguidos para não ocorra o risco da subversão, para que esse corpo não transcenda ao que lhe é permitido fazer e agir dentro do espaço escola.

Me preocupa refletir neste espaço, pois ao pensar nos padrões normativos, quase que não nos é permitido em pensar outras possibilidades de se viver a sua sexualidade sem que seu gênero biológico seja contestado. Assim as crianças *queers* como nos fala Preciado (2012), são privadas de “privadas de qualquer forma de resistência, de qualquer possibilidade de usar seu corpo livre e coletivamente, usar seus órgãos e seus fluidos sexuais”. Preciado (2012), nos questiona sobre alguns pontos deste pensamento sobre as crianças que fogem do padrão normativo.

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

amiga? Os direitos da criança queer, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (p.1).

Se pensarmos em um padrão normativo de gênero, logo nos remetemos a educação de meninos e meninas, assim a preocupação apenas em educa-los segundo seu sexo biológico, não permitindo a esses corpos pensar sobre outras identidades. A preocupação sobre o corpo masculino e a maneira com a qual se comporta esta totalmente ligada a sua questão de gênero, ao infligir as normas da escola como brincar de bola pelos meninos é estar subvertendo o padrão normativo hegemônico. Assim estas crianças que tratadas como “anormais” podemos dizer assim são invisibilizadas por exercer estes atos, “busca-se enfatizar mais as práticas do que as identidades e questionar os binarismos sobre os quais se assenta o saber e a cultura dominantes” (LOURO, 2012. p. 367).

Segundo COLLING (2009):

Um dos maiores esforços reside na crítica ao que se convencionou chamar de heteronormatividade homofóbica, defendida por aqueles que vêem o modelo heterossexual como o único correto e saudável. Por isso, os primeiros trabalhos dos teóricos queer apontam que este modelo foi construído para normatizar as relações sexuais. Assim, os pesquisadores e ativistas pretendem desconstruir o argumento de que sexualidade segue um curso natural. (p. 1).

Assim, penso que os estudos ou a teoria queer, como descrevem os teóricos, servirá para nos auxiliar no entendimento dessas atitudes. A escola precisa estar atenta a informada sobre a nova geração de invade as salas de aula, os padrões servem p/ quem? São estabelecidos a partir de quem? “educadoras e educadores comprometidos com mudas sociais devem procurar perturbar, sacudir as formas de se posicionarem perante as dimensões da educação sexual que, tradicionalmente, vêm sendo realizadas no brasil” (FURLANI, 2011. p. 40). Penso na importância de se preocupar com esses padrões institucionais, na medida em que colaboram para a formação das crianças. Segundo (BRITZMAN,1995 *apud in* FURLANI, 2011)

Na teoria queer, a normalidade (o estado normal) é uma ordem conceitual que rejeita imaginar como real a possibilidade do “outro”, precisamente porque a produção da diversidade é central para ela própria se



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

autorreconhecer. Na ação pedagógica educacional, estar atento e apontar para essa produção da normalidade permite-nos considerar, de modo simultâneo, “as instáveis relações diferenciais” entre aqueles que transgridem o normal e aqueles que trabalham para ser reconhecidos como normal” (p. 38).

Nesse entendimento as ações pedagógicas pensada para a produção da diversidade, da diferença se faz necessária nesse campo de estudos queer. Possibilitando as crianças a exercerem as mais diversas brincadeiras e atividades sem ser julgadas, possibilitar a trabalhar com as famílias, para que estas também passem a atender a aceitar que meninas e meninos troquem de papéis e brinquem do que quiserem. É a infância do séc. XXI, diferente, estranha, excêntrica, subversiva que não aceita se quer padrões e normas que lhes enquadrem em qualquer padrão.

Enquanto professora, sinto-me provocada por esse estudo, por essa possibilidade, será preciso uma “pedagogia queer”, para que na escola as crianças tenham essa possibilidade de subverter-se, como nos diz Preciado (2012), quem educa a criança queer. Para pensar na escola Guacira (2012) nos provoca a pensar “se for compreendido como um movimento ou uma tendência, o queer entraria no currículo para estranhá-lo, quer dizer, para provocar mudanças mais radicais no modo de conceber o conhecimento”. Ainda nas palavras de Guacira (2012):

Por isso, penso que não temos que indicar o que fazer concretamente nas salas de aula. Talvez a potencialidade queer esteja na disposição para a incerteza, para o imprevisto e para o movimento. Há que arriscar, experimentar, ousar. Se não tiver outro jeito, vamos lidar, quem sabe, com certezas provisórias, mas, sempre que possível valeria perturbar essas certezas e colocar a questão: “e se...?” (p.368).

Cabe, como disse anteriormente, problematizar o que está posto, problematizar a norma, os padrões hegemônicos instituídos e institucionalizados. Padrões que enquadram todas as crianças, sem ao menos pensar em sua sexualidade, apenas em seu sexo biológico. Segundo Caetano (2013):

O currículo que se realiza nas práticas cotidianas não é um elemento neutro, de transmissão desinteressada do conhecimento, mas influenciado por interesses que são eleitos pela escola e/ou pelo sistema educativo. Inúmeros



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

conteúdos curriculares são cotidianamente transmitidos nas escolas, com possíveis efeitos em exclusões e discriminações, que têm sido causa de expressivos sofrimentos decorrentes da demarcação da supremacia masculina e da heteronormatividade. [...] O que propomos é, sobretudo, o avanço epistemológico, político e objetivo, que efetivamente destitua a lógica binária e seus efeitos. Confirmamos, então, que é necessário questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexual) e um governo de gênero (o masculino) acabaram por se tornar a norma e passaram a ser entendidos como “naturais”. (p. 62-63).

Caetano (2013), nos instiga a pensar que não basta somente reivindicá-los, nem tampouco os materiais e os livros didáticos, mas sim tentar compreender o status hegemônicos e as políticas locais. Para prosseguir com o pensamento de diferença que esta presente nas escolas, problematizando estas materiais e também o currículo.

É na E.I, que precisa iniciar o trabalho diferença e o questionamento desse padrão normativo, afim de mudar esse cenário de discriminação e de invisibilidade da criança que subverte as normas institucionais idealizadas.

PARA CONTINUAR REFLETINDO ...

Esta escrita originou-se a partir de uma inquietação estabelecida após discussões e experiências em escolas. Entendendo ser necessário um aprofundamento maior, mais estudos e pesquisas sobre os estudos queer, pedagogias queer, ou seja. Nas contribuições de Furlani (2011):

Essa visibilidade é fundamental para subverter a dicotomia sexo/gênero heteronormativa, mostrando uma infinidade de estranhos arranjos de identidade e de estilos queer, o que possibilita uma desestabilização do entendimento de que as configurações de gênero e do desejo são únicas ou fixas” (p. 37).

Assim entendo a necessidade de conhecer com maior ênfase esse campo e os autores que promovem as discussões, mas entendo como importante esse movimento de pensar sobre o que nos incomoda, o que nos inquieta e que nos tira do campo estável.

Minha proposta aqui, fio dialogar sobre esses corpos inseridos na EI e nos AI, e sobre sua formação enquanto sujeito, pensando nas possibilidades de se trabalhar as práticas sem



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

dar ênfase aos modelos normativos de comportamento destinados a meninos e meninas. E pensar e ver o corpo sem marcas estabelecidas pela família, sociedade e cultura, possibilitar as crianças modos de viver e construir suas características culturais de maneira livre.

Ressalto que esta escrita é um ensaio inicial que uma discussão, a qual tenho a intensão de debruçar-me, sendo este um tema o qual eu vejo necessidade de ser discutido e pensado, principalmente sobre o que diz respeito a prática do professor, pois por muitas vezes nos preocupamos com tantas outras coisas do cotidiano escolar e não damos sentido algum aos corpos que mantemos ali, para “educá-los”, nem tampouco refletimos de que forma deve acontecer esta educação dos corpos? E de que forma queremos estes corpos? Quem são eles? Estes questionamentos seguem a incomodar-me, portanto sigo na busca de aprofundamento teórico, um entendimento sobre estas discussões.

REFERÊNCIAS:

ARROYO, Miguel. G.; SILVA, Maurício R. da. **Corpo – Infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos/** Miguel G. Arroyo, Maurício Roberto da Silva (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CAETANO, Marcio. Gênero e sexualidade: diálogos e conflitos. In. RANGEL, Mary. **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013. 35-68.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal/** Ana Maria Faccioli de Camargo, Claudia Ribeiro; coordenação Ulisses F. Araújo. – São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999. – (Educação em pauta: Temas Transversais).

COLLING, Leandro. Teoria Queer. 2009. Acessado em 25/07/2014. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças/** Jimena Furlani. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

GOELLNER, Silvana. **A produção cultural do corpo**. In: LOURO, Guacira. Et al (Org.) **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 28-40.

_____. **A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade**. Cadernos de formação RBCE – Revista Brasileira de Ciências do Esporte, páginas 71 – 83, março 2010. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/cadernos/article/download/984/556> Acessado em: 20/05/2014.

GUIZZO, B.Z; BECK, D.Q; FELIPE, J. **Infâncias, gênero e sexualidade: articulações possíveis**. In: **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação/ (organizadoras) Jane Felipe, Bianca Salazar Guizzo, Dinah Quesada Beck**. – Canoas; Ed. ULBRA, 2013.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira L. **Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências**. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 363-369. Acessado em 05/06/2014. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/87>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

PRECIADO, Beatriz. **Quem defende a criança queer**. In: <http://artilleriainmanente.blogspot.mx/2013/01/beatriz-preciado-quien-defiende-almnino.html>. Tradução de Fernanda Nogueira. Acessado em: 01/08/2014 Disponível em: <http://www.homorealidade.com.br/2013/01/artigo-quem-defende-criancaqueer.html>

RIZZA, J.L., RIBEIRO, P.R.C. **Sexualidade: Componente Curricular na Escola?** In: **Gênero e Diversidade na escola: Saberes em diálogos na educação a distância/ Paula Regina Costa Ribeiro, Suzana da Conceição de Barros, Ana Luiza Chaffé Costa, organizadoras**. – Rio Grande, RS: FURG, 2012. 140 p. ; il.

SABAT, Ruth. **Pedagogia cultural, gênero e sexualidade**. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis (SC): v.09, n.01, p.09-21, 2001. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf>

TEIXEIRA, Cíntia Maria, MAGNABOSCO, Maria Madalena. **A construção do conhecimento: gênero e educação**. In: Teixeira, Cíntia Maria. **Gênero e Diversidade: formação de educadoras/es** / Cíntia Maria Teixeira, Maria Madalena Magnabosco. – Belo



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010. – (Série Cadernos da Diversidade).